

Associativismo cabo-verdiano em Portugal

Estudo de caso da Associação Cabo-verdiana em Lisboa*

Cristina Carita

Vasco Nuno Rosendo**

Resumo: Este artigo pretende ser uma contribuição para o conhecimento de uma realidade desconhecida dos investigadores sociais, procurando conceptualizar teoricamente o fenómeno do associativismo na mais importante comunidade africana de imigrantes em Portugal: a comunidade cabo-verdiana, onde o fenómeno associativo tem particular expressão. A hipótese central deste artigo levanta o problema da dupla faceta dos trajectos migratórios, isto é, a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, bem como a urgência de preservação da própria identidade social e cultural. O associativismo dos grupos minoritários é uma forma de conciliar estas duas facetas da imigração.

1. Introdução: associativismo, etnicidade e imigração

A abordagem do fenómeno do associativismo na comunidade imigrante cabo-verdiana em Portugal é uma tarefa complementar, mas necessária e indispensável, ao estudo do processo global de imigração. Este texto procura conceptualizar teoricamente o fenómeno do associativismo cabo-verdiano e apresentar um estudo de caso de uma organização associativa imigrante, a Associação Cabo-verdiana, em Lisboa. A nossa opção por esta Associação deve-se não só à sua antiguidade (a sua fundação data de 1970) e representatividade, mas essencialmente à sua capacidade de intervenção cultural, social e política junto da comunidade cabo-verdiana e do poder político e administrativo da sociedade de acolhimento, Portugal.

Em termos teóricos, o associativismo cabo-verdiano constitui-se como um associativismo de carácter étnico que contribui para a construção e manutenção de uma identidade cultural e social da comunidade imigrante cabo-verdiana em Portugal, para a integração do imigrante no sistema económico, legal, social e

* Este artigo resulta de uma monografia realizada para a cadeira de Sociologia da Cultura no último ano do curso (1991).

** Licenciados em Antropologia Social (ISCTE), investigadores no CIES

político da sociedade portuguesa, assumindo-se ainda como um instrumento de intervenção social e política na defesa dos interesses colectivos dessa comunidade.

Começaremos por abordar as conceptualizações relativas não só ao associativismo voluntário, como também à etnicidade e à contribuição do fenómeno migratório para a constituição de uma identidade e de um associativismo étnico, que exprime a voz de uma comunidade minoritária sujeita a uma dominação simbólica, política, económica e social.

Embora tenhamos em conta a sua variabilidade social e histórica, podemos isolar algumas características essenciais de uma associação. Considera-se uma associação um grupo voluntário e organizado de indivíduos, formado para atingir e defender determinados interesses comuns (Banton e Sills, s.d.). Segundo Banton, as associações seguem, de certo modo, um padrão relativamente constante, tendendo os seus objectivos não só para aspectos solidários, recreativos ou culturais, como também para a reivindicação e pressão política junto do poder administrativo, legal, político ou económico de uma dada sociedade (op.cit.: 358). A associação tende a ser, portanto, um mediador entre o indivíduo e a sociedade, entre as necessidades dos indivíduos e as exigências da sociedade.

Em situações de súbita mudança social, as associações desempenham um papel importante, reorganizando os seus objectivos e fins para melhor adaptar os seus membros à nova situação, suavizando, deste modo, a sua integração na nova ordem social. Neste caso, elas são fundamentalmente reveladoras de valores culturais e preservadoras de identidades.

De acordo com alguns autores, o associativismo é característico das sociedades urbanas ou das sociedades rurais envolvidas no rápido processo de urbanização, devido não só à existência de um leque mais variado de relações e interacções sociais de todo o tipo, graças à elevada densidade populacional, mas também devido ao estatuto sócio-económico e educacional mais elevado dos urbanitas, e ainda, segundo Louis Wirth, devido ao enfraquecimento dos laços de vizinhança e parentesco, levando os indivíduos de meio urbano a organizarem-se para partilha e defesa de interesses comuns (Wirth, 1938, cit. por Banton e Sills, s.d., 364).

Apesar das associações surgirem como forma de sociabilidade, preservação e integração dos seus membros, envolvidos na mudança social e económica, nem todos os indivíduos são afectados com a mesma intensidade, provocando uma variação no grau de participação na vida associativa, consoante a ocupação profissional, posse de propriedade, nível educacional, estatuto social e rendimento (op.cit.). Nas associações existem dois grupos de funções essenciais: as manifestas, que são aquelas pretendidas e reconhecidas pelos associados, e as latentes, que não são pretendidas nem reconhecidas, mas que são observadas pelo investigador. Entre as funções manifestas, incluem-se as de sociabilidade, recreação, promoção cultural e ou acção política, partilhando ainda o membro da associação de funções latentes, como a garantia de integração social ou o desenvolvimento de capacidades. Os membros da associação integram-se e interagem uns em relação aos outros e também em relação ao exterior da associação. Em relação às capacidades, elas servem como elemento selectivo para a escolha dos membros e, por outro lado, a

associação proporciona-lhes o desenvolvimento dessas capacidades e o aumento de prestígio e posição que será tido em conta na sua vida pessoal e profissional.

Há ainda que referir a diferença entre as funções que uma associação desempenha para com os indivíduos e as que executa para a sociedade, embora ambas se possam conciliar. Uma destas funções é a de mediação, ou seja, as associações como grupos secundários (na medida em que são independentes e autónomos, e característicos de um certo grupo) servem de mediador entre os grupos e o Estado, bem como entre os indivíduos e a sociedade.

Este papel de mediação assume um aspecto fundamental no associativismo étnico como uma das poucas formas institucionais e formalizadas existentes de dar voz a uma comunidade étnica minoritária. A associação constitui-se então como uma "unidade social intermediária", para utilizar a conceptualização de Bell (cf. Glazer e Moynihan, 1975) entre uma "unidade macro-social da sociedade" — a etnicidade — e o poder político e administrativo da sociedade de acolhimento, centralizado no Estado.

Esta noção de "unidade macro-social da sociedade", reconhecendo a etnicidade como um dos factores mais importantes de identificação de um grupo social, minoritário numa sociedade multi-cultural, é partilhado por diversos autores. Harold Isaacs (op.cit.), por exemplo, defende que a identidade derivada da pertença a um grupo étnico constitui uma forma identitária básica de um grupo social, enquanto Talcott Parsons nos fala de "foco primário da identidade do grupo" (op.cit.). Mas de que falamos quando referimos identidade étnica ou etnicidade numa sociedade multi-cultural, policultural, plural ou multi-étnica?

O conceito de etnicidade surgiu no contexto antropológico tendo como objectivo dar uma melhor resposta às questões da identidade e categorização do Outro, dos diferentes, e, posteriormente, foi incorporado na teoria das restantes ciências sociais como forma de resposta às exigências de melhor compreensão de contextos multiculturais (multi-étnicos), nas suas interrelações sociais. A etnicidade surge então definida como o conjunto de factos sócio-culturais que diferenciam um grupo de outro. Max Weber atribuía ao grupo étnico uma descendência comum, a existência de laços de parentesco fortes, solidariedade política face a outros grupos, costumes comuns e uma mesma linguagem e religião (cf. Cohen 1978). A sua utilização na teoria antropológica foi resumida por Narrol numa definição de etnia com base em quatro grandes categorias, a saber, uma população auto-perpetuada biologicamente, partilha de valores e formas culturais, campo de comunicação e interacção e, finalmente, grupo que identifica e é identificado por outros como constituindo uma categoria diferente de outras categorias do mesmo tipo (cf. Cohen, 1978 e Rex, 1986). Estas definições correspondem a uma abordagem primordial (como a de Geertz), à qual é oposta a abordagem situacional de Barth e Wallman, segundo a qual a etnicidade é vista como um recurso que pode ser accionado para atingir determinados fins, podendo também ser reclamado por outros grupos para um processo de estigmatização. Esta proposta avança um dado novo e importante para o conceito de etnicidade que é a defesa de interesses comuns a um grupo social, funcionando também como elemento de identidade. A concep-

tualização de Barth centra-se na forma de organização de um grupo étnico e no modo como os aspectos culturais partilhados são consequência dessa organização. Deste modo, um grupo étnico constitui uma complexa organização do comportamento e relações sociais e a sua fronteira delimita o modo como são escolhidos, rejeitados ou manipulados aspectos como a territorialidade, história, linguagem, práticas económicas e simbólicas na construção de uma identidade étnica (Rex, 1986).

Por seu lado, John Rex dá-nos uma definição que não se afasta muito da de Narrol, fundamentada em três aspectos essenciais: primeiro, a etnicidade contempla padrões culturais de comportamento pelos quais os indivíduos satisfazem as suas necessidades em comunhão com outros, sentindo pertencer a uma rede de relações fechada; segundo, existe uma consciência do "género", através do reconhecimento de características culturais e físicas; finalmente, terceiro, há uma similitude de comportamento cultural que pode ser vista como sinal de relacionamento biológico (op.cit.).

Para Rex, os grupos étnicos em sociedades multiculturais estão envolvidos em situações de conflito, discriminação, exploração ou opressão num sistema de livre mercado, situações de exclusividade de pertença dos indivíduos a um grupo e inexistência de mobilidade para outros grupos e ainda situações justificadas e legitimadas de dominação por parte de grupos majoritários, com base numa teoria determinística (biológica ou genética).

Deste modo, e ainda segundo Rex, a abordagem dos grupos étnicos e relações raciais deve incluir referências à estrutura política e económica da sociedade onde se inserem, às diferenças entre os diferentes grupos étnicos e suas relações com esta estrutura e ainda a questões relacionadas com a estratificação social dessa sociedade e seus reflexos no grupo étnico.

Assistimos assim a uma teorização que relaciona o grupo étnico com o contexto social, político e económico da sociedade de acolhimento, com as situações de conflito, exploração, discriminação e opressão e ainda com a estrutura de estratificação social. A etnicidade surge, assim, na sequência da proposta de Barth, desenvolvida por outros autores (cf. Glazer e Moynihan, 1975 e Rex, 1986) como uma base identitária de defesa dos interesses de um grupo numa sociedade caracterizada por relações de dominação de uma maioria sobre uma minoria. Segundo Glazer e Moynihan, o grupo étnico, de subgrupo minoritário e marginal nas franjas da estrutura social, passa a considerar-se como um elemento maior da sociedade, cuja ênfase na questão identitária é sobretudo a ênfase nos interesses dos membros do grupo. Deste modo, segundo estes autores, os conflitos étnicos não são mais do que conflitos de interesses, funcionando a etnicidade como princípio organizador e nova fonte de estratificação e diferenciação social, assumindo-se como estratégia eficaz de acção e pressão política.

Quais as razões da assunção da etnicidade como factor de mobilização de interesses para a acção política? As propostas são variadas, convergindo no aspecto de discriminação social, política e económica das minorias étnicas numa sociedade de mercado, com um Estado - providência (Welfare State). Esta política discrimi-

natória exprime-se na ausência de acesso das minorias étnicas aos benefícios do Estado relativos à educação, saúde, habitação, segurança social, emprego, mobilidade social, igualdade de oportunidades, entre outros. John Rex aponta seis aspectos discriminatórios em relação às minorias: falta de acesso aos lugares de decisão nos sindicatos de classe, obrigando as comunidades étnicas a formar organizações próprias para salvaguardar os seus interesses (como associações étnicas); acesso desigual ao emprego, ficando as minorias com os empregos pior remunerados e sentindo dificuldades de promoção; taxa de desemprego mais elevada que nos grupos maioritários, devido às leis da imigração e à situação de imigração ilegal; segregação residencial e habitacional; segregação educacional e diferenciação perante a lei (op. cit.).

As necessidades crescentes de um proletariado externo (Bell) nas sociedades industrialmente mais desenvolvidas e a atracção dos países periféricos pelo centro económico, social e político mundial promovem a existência de uma "subclasse imigrante" (Rex), não qualificada e barata, que se instala nos países mais desenvolvidos em busca dos seus benefícios económicos, sociais e políticos. É neste sentido que têm surgido as classificações raciais, de que fala Rex, dos grupos dominantes das sociedades de acolhimento em relação aos grupos minoritários imigrantes.

O associativismo étnico surge então como um instrumento aglutinador das expectativas e exigências dos imigrantes pertencentes a minorias étnicas numa sociedade de acolhimento. Como se promove, então, o associativismo numa comunidade imigrante? Um dos factores determinantes da imigração é o acesso daqueles que imigram a redes sociais de parentesco e amizade já existentes nos países ou regiões de acolhimento, facilitando a sua fixação inicial e uma possível integração no mercado de trabalho, permitindo a sua integração e mobilidade social. A imigração não constitui, portanto, um processo ou opção livre e simples, uma vez que segue modelos de repetição e comportamento inconsciente, sendo essencial no processo migratório o acesso a familiares, amigos ou conhecidos já instalados no país de acolhimento. Forma-se uma importante rede de chegada dos indivíduos, uns através dos outros, o que, numa primeira fase, contribui para a existência de uma familiaridade, segurança e solidariedade social entre os indivíduos, unidos sob objectivos e interesses comuns.

Esta ajuda familiar ou de amigos não se expressa somente ao nível moral, mas também ao nível prático, através da ajuda em termos monetários, habitacionais e também ao nível de inserção profissional do indivíduo recém-chegado, normalmente junto daqueles que o ajudam, perpetuando o nível ocupacional dos imigrantes. Daí que haja uma reprodução sócio-profissional entre os indivíduos de diferentes gerações, ou não, que vão chegando. Estes processos de reprodução, sobrevivência e reciprocidade generalizada são mecanismos de solidariedade e estratégias de maximização das possibilidades de obtenção de sucesso no processo de adaptação ao novo meio.

Há ainda que referir a segmentação sexual e etária do processo migratório, isto é, existe uma certa homogeneidade nas estratégias sexuais e etárias adoptadas.

Verifica-se, geralmente, que é o indivíduo masculino adulto o primeiro a seguir o processo migratório (seja o chefe de família, o pai ou irmão mais velho) decorrendo a rede migratória através dos escalões etários e sexuais: indivíduos do sexo masculino solteiros ou casados, sua mulher e filhos ou irmãos.

Se numa primeira fase do processo migratório se regista uma solidificação dos laços de parentesco e amizade e se gera um clima de entre-ajuda, numa segunda fase, em que as condições de vida se estabilizam e maior é a integração na sociedade de acolhimento, verifica-se um certo desfasamento e debilidade das relações e laços iniciais, surgindo um individualismo crescente que se sobrepõe ao colectivismo inicial. Os vínculos de parentesco e amizade cumpriram, então, a sua missão de intermediários entre o indivíduo recém-imigrado e a sociedade que o acolhe. No entanto, estes vínculos de parentesco nunca desaparecem, passando a funcionar como elementos de identificação com os traços sociais e culturais da sociedade natal.

Esta necessidade de manter uma identidade social e cultural de origem numa sociedade que lhes é estranha, leva a que os imigrantes consolidem o grupo como uma transplantação da comunidade de origem para o novo meio social, instaurando-se, também, um conflito interno e pessoal em cada indivíduo entre a sua sociedade natal e a nova sociedade que o acolheu.

Segundo Pujadas (1988), existe uma dialéctica nós/eles, ou seja, se por um lado há a consolidação de um grupo diferenciado e com uma forte solidariedade e coesão interna na tentativa de manter a própria identidade, por outro, esta tentativa vê-se confrontada com o processo de integração e adaptação às novas redes sociais que se estabelecem, criando o risco eminente de marginalização do grupo no exterior.

O imigrante encontra-se, constantemente, perante ambiguidades: entre a sociedade que não é a sua, que não reconhece como sendo a sua e que também não o reconhece como sendo seu elemento de direito, e a sua sociedade natal na qual não se encontra como membro efectivo, presente e participante. Cria-se, então, uma relação ambígua entre a sociedade de origem e a sociedade onde vive e trabalha, o que pode levar a uma "crise de identidade cultural" (Antunes, 1981).

Existem algumas formas de atenuar esta ambiguidade: o regresso ao país de origem, a integração plena cortando com os laços que o prendem ao passado ou a formação de organizações que preservem a identidade e contemplem a integração, procurando compensar e mesmo superar eventuais conflitos e tensões. Portanto, o associativismo pretende resolver ou minimizar os efeitos de ambiguidades, servindo, como já se disse, de intermediária e conciliadora entre o objectivo de integração e o de preservação de identidades.

2. O associativismo cabo-verdiano em Portugal e o contexto histórico e social da comunidade imigrante

Para compreendermos a emergência do associativismo cabo-verdiano em Portugal, bem como a sua evolução até aos nossos dias, somos obrigados a contextualizar, sinteticamente, algumas questões relativas à própria natureza e história da imigração cabo-verdiana, permitindo-nos compreender, inclusivé, a própria dinâmica de evolução do associativismo.

Cabo Verde, ex-colónia portuguesa e Estado soberano desde 5 de Julho de 1975, é um arquipélago de dez ilhas e cinco ilhéus situado na zona sub-sahariana de África, estendendo-se por uma superfície de 4033 quilómetros quadrados. A sua população, que em 1980 se estimava em 320 mil habitantes, distribui-se por nove das dez ilhas, dispostas em dois grandes grupos: o de Barlavento e o de Sotavento. No primeiro grupo incluem-se S. Antão, S. Vicente, Santa Luzia (desabitada), S. Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus Branco e Raso e do segundo grupo fazem parte Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Grande, Luís Carneiro e Cima.

O arquipélago tem uma longa tradição de migrações que se reportam desde finais do século XVII, inícios do século XVIII até aos nossos dias (cf. António Carreira 1977). As suas causas estiveram desde sempre relacionadas com a impossibilidade do arquipélago garantir a auto-subsistência daqueles que aí viviam, devido não só à fraca pluviosidade, que provoca longos períodos de seca, mas também à escassez de bons solos e à forma como toda a estrutura económica foi erigida pelas administrações coloniais.

Com efeito, com uma base económica sustentada numa agricultura e pesca arcaicas, a que se alia a diferenciação económica e social entre o Barlavento e o Sotavento, devido a uma política colonial discriminatória, com um incipiente desenvolvimento industrial e débeis investimentos, com a fragilidade de estruturas no campo da assistência social, educação e saúde, a que se junta ainda uma forte pressão demográfica, facilmente se compreende o porquê dos fluxos migratórios cabo-verdianos. A estas razões acrescenta-se ainda o papel de uma tradição migrante com mais de dois séculos e a criação de uma forte dependência e repercussão económica, social e cultural dos efeitos económicos da emigração (cf. Carreira, 1977, Lopes Filho, 1980 e Meintel, 1984).

São três os grandes fluxos migratórios de cabo-verdianos no século XX: 1900-1920, 1927-1945 e a segunda metade do século, que se pode subdividir em três períodos, designadamente, 1946-1973, 1974-1975 e após-1975. A cada um destes períodos corresponde um determinado contexto histórico, social, político e económico, que acompanha a variação de sociedades de acolhimento. No início do século a emigração cabo-verdiana dirige-se na sua quase totalidade para os Estados Unidos da América, seguindo-se em 1927-45 um desvio da corrente migratória para outros países do continente americano (Brasil e Argentina) e para países vizinhos de África (outras colónias portuguesas, Senegal). Já na segunda metade do século XX dá-se uma inflexão na orientação do fluxo migratório cabo-verdiano, cujo destino passa a ser a Europa. Primeiro, entre 1946-73, para a Holanda, países escandinavos e da Europa Central (França, Luxemburgo) e países

do Sul como a Itália e Portugal. A partir de finais dos anos 60, até meados da década de 70, com especial incidência nos anos 1974-1975, o surto migratório orienta-se quase exclusivamente para Portugal, que serve também como escala intermediária para outros países da Europa. Após a independência o fluxo migratório continua a ser orientado para Portugal, embora surjam maiores dificuldades na entrada de emigrantes no país, exigindo-se, por exemplo, cartas de chamada ou contratos de trabalho, entre outra documentação, nomeadamente, passaporte, licença militar, termos de fiança ou caução, etc. (ops.cits.).

Deste modo, vimos que é dos finais dos anos 60 até meados dos anos 70, particularmente nos anos 1974-75, que o fluxo migratório de cabo-verdianos para Portugal atinge o seu ritmo mais importante, correspondendo ao período da mais longa seca de que há memória no arquipélago e, por outro lado, a uma grave crise de mão-de-obra em Portugal, causada pela emigração portuguesa e pela afectação de milhares de jovens para a Guerra Colonial. Acrescente-se ainda a existência de uma política colonial de imigração, que facilitava a mobilidade da mão-de-obra de Cabo Verde para a metrópole, incluindo cabo-verdianos que se encontravam nas outras colónias portuguesas.

Podemos então resumir os fluxos migratórios da comunidade cabo-verdiana em Portugal a três fases relativamente distintas, que correspondem a diferentes tipos de imigração:

- Uma fase anterior aos finais dos anos 60, com uma população pouco expressiva, oriunda maioritariamente das zonas urbanas e constituída essencialmente por quadros técnicos ou de formação superior e por funcionários da administração pública e colonial;
- Uma fase que se estende dos finais dos anos 60 até meados dos anos 70, com destaque para 1974-75, e que se caracteriza por uma imigração de cabo-verdianos oriundos essencialmente de zonas rurais que vêm colmatar as necessidades de mão-de-obra não qualificada de Portugal;
- Finalmente, a fase após a independência (1975) em que o surto anterior se mantém, acrescido de cabo-verdianos oriundos das ex-colónias portuguesas. Este fluxo migratório tende a diminuir, posteriormente, por razões políticas e devido a entraves administrativos, acompanhado, no entanto, pelo aumento do fluxo de imigrantes clandestinos e de mulheres, irmãos e filhos dos cabo-verdianos que emigraram na fase anterior. Esta é, pois, a fase do reagrupamento familiar, que tem especial incidência na década de 80 (ops.cits. e Menezes e Pinto da Cunha, 1987).

À comunidade cabo-verdiana em Portugal acresce-se ainda os fluxos de estudantes, nestas três fases, que vêm frequentar instituições do ensino técnico e superior e cujo papel, no âmbito do associativismo, é fundamental.

A estas três fases do fluxo migratório de imigrantes cabo-verdianos em Portugal correspondem, de alguma forma, três períodos que marcam a evolução do associativismo cabo-verdiano:

- O núcleo de imigrantes cabo-verdianos existente em Portugal já na década de 60, e que são elementos no cume de uma pirâmide de estratificação social

da comunidade imigrante, constituem, em 1970, a Casa de Cabo Verde que, pelos elementos que a seguir apresentaremos, se caracteriza por uma dissociação da massa de imigrantes não qualificados que começam a chegar a Portugal nos finais dos anos 60 até meados dos anos 70;

- A partir de 1975, a Casa de Cabo Verde é palco de mutações que resultam, em 1976, na criação da Associação de Cabo-verdianos e Guineenses, cuja orientação é radicalmente diferente e que se caracteriza por uma adesão maciça dos imigrantes não qualificados chegados entretanto a Portugal e pelo início da intervenção comunitária procurando resolver alguns dos seus problemas. Esta é a fase de "ouro" do associativismo cabo-verdiano, em termos de adesão e participação dos sócios, vivendo-se um período de exaltação nacionalista e independentista;
- Finalmente, com um enfraquecimento associativo acentuado desde 1978, que se prolongará pela década de 80, inicia-se uma fase de crise da Associação, em termos de adesão e participação dos sócios. Entretanto, dá-se mais uma mutação associativa: devido ao golpe de Estado de 1980 na Guiné, em 1981 a anterior Associação de Cabo-verdianos e Guineenses dá lugar à actual Associação Cabo-verdiana. Por outro lado, a partir de meados da década de 80 assiste-se à proliferação de associações cabo-verdianas nos bairros de residência da massa de imigrantes não qualificados, usualmente bairros de construção clandestina, e ao reagrupamento familiar do imigrante, obrigando a Associação a uma reorientação da sua política. Esta fase é marcada também pelo incremento da intervenção comunitária e pelo início da intervenção política na defesa dos interesses da comunidade imigrante cabo-verdiana em Portugal.

3. Os três momentos de uma associação

Por iniciativa do núcleo de imigrantes cabo-verdianos que se encontravam em Portugal antes do início do grande fluxo migratório dos finais dos anos 60, essencialmente quadros de formação superior ou técnica, funcionários da administração pública e colonial e estudantes do ensino técnico ou superior, em 1970 é criada, formalmente, depois de algumas tentativas fracassadas, a Casa de Cabo Verde, apresentada como uma instituição sócio-cultural de características regionalistas (pelo facto de Cabo Verde ser uma Colónia portuguesa e, portanto, uma "região" do Império), com o objectivo prioritário de contribuir para a preservação e reprodução de uma identidade cabo-verdiana junto dos elementos originários de Cabo Verde que viviam na Metrópole ou nas outras colónias portuguesas. Para além da preservação de uma identidade cultural cabo-verdiana, é também salientada a vertente de solidariedade e convívio entre todos os cabo-verdianos imigrados e a defesa dos interesses da comunidade.

Assumidos estatutariamente, a estes objectivos acrescentam-se a divulgação e estudo dos problemas culturais, económicos e sociais do arquipélago, através da realização de conferências, sessões, colóquios ou estudos vários, o estabelecimento

de relações de cooperação e intercâmbio com núcleos de cabo-verdianos existentes noutros pontos de Portugal e Colónias ou países estrangeiros e, finalmente, assistência e solidariedade para com os sócios mais necessitados.

Nos seus primeiros anos de existência, a Casa de Cabo Verde deu particular relevo às actividades recreativo-culturais, nomeadamente, à realização de convívios (bailes e festas), à divulgação de música e literatura cabo-verdianas e à promoção de conferências e colóquios com figuras destacadas do meio cultural e científico cabo-verdiano. Sem esquecer, por outro lado, o estabelecimento de contactos com núcleos de cabo-verdianos no estrangeiro (Estados Unidos da América e Holanda, duas das principais comunidades de imigrantes de Cabo Verde), no sentido de se criarem também aí Casas de Cabo Verde (o que sucedeu em Boston e Amesterdão) e nas restantes Colónias portuguesas, que resultaram na criação de uma delegação na Guiné. A Casa de Cabo Verde promoveu ainda a realização de um recenseamento dos cabo-verdianos residentes na metrópole.

Confrontada com a vaga de imigração, que tem início nos finais da década de 60 e se vai intensificando nos primeiros anos da década de 70, a Casa de Cabo Verde, cuja orientação se dissociava dos problemas desta massa de imigrantes não qualificados, revê a sua posição, iniciando a realização de um inquérito às suas condições de vida e de trabalho. Na sequência dos primeiros resultados deste estudo, a Casa propõe-se promover um programa de alfabetização junto dos imigrantes analfabetos, intensificar os contactos e reuniões recreativas junto dos bairros de residência destes imigrantes, assim como prestar informações e auxílio aos mais necessitados, possibilitando, através destas acções, uma melhor integração na sociedade portuguesa.

Depois da revolução de Abril de 1974, em Portugal, e na sequência da afirmação do movimento independentista em Cabo Verde junto da camada mais politizada da comunidade cabo-verdiana em Portugal, inicia-se um processo de contestação à direcção da Casa de Cabo Verde e de críticas à sua orientação. Forma-se então um grupo contestatário no seio da Casa, caracterizado pela sua juventude e constituído essencialmente por estudantes, mas também por indivíduos ligados ao movimento sindical e por elementos — não só cabo-verdianos como originários de outras colónias portuguesas — que até aí não se tinham inscrito como sócios da associação, por considerarem que esta não defendia os seus interesses. As suas críticas incidem na dissociação da orientação da Casa de Cabo Verde em relação à vaga de imigrantes não qualificados então chegados a Portugal e na demasiada tolerância com que a Casa assumia as suas relações com o regime deposto, assim como na excessiva "elitização" de uma associação que deveria representar expressivamente toda a comunidade imigrante cabo-verdiana.

Este grupo, que constitui o núcleo do que mais tarde se designará Grupo de Acção Democrática de Cabo-Verdianos e Guineenses (1976), toma nas suas mãos a direcção da Casa de Cabo Verde, provocando uma reorientação da política associativa, que terá como consequência final a fusão estatutária da Casa de Cabo Verde com o GADCG, criando a Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses, em 1976.

Com a transformação da Casa de Cabo Verde em Associação de Cabo-verdianos e Guineenses, elaboraram-se novos estatutos, embora sem grandes alterações em termos de objectivos a cumprir, a não ser a inclusão dos guineenses como membros de facto da associação, que se deve ao projecto de união política defendido pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado por Amílcar Cabral, e principal motor da luta independentista nas duas ex-colónias portuguesas. Assim, a ACG propõe-se congregar cabo-verdianos e guineenses como forma de contribuir para o progresso social e cultural dos dois países e para o estreitamento de relações entre eles, proporcionando um centro de reuniões, convívio, informação e discussão acerca de Cabo Verde e Guiné à comunidade imigrante em Portugal. Para cumprir estes objectivos, a Associação pretendia promover debates, seminários, excursões e convívios (bailes e festas), para além de estabelecer relações de cooperação e intercâmbio com os núcleos de cabo-verdianos e guineenses existentes em Portugal e no estrangeiro e com os governos das Repúblicas de Cabo Verde e Guiné.

Esta fase associativa é marcada pelo rejuvenescimento etário dos associados, bem como por uma alteração profunda da estrutura sócio-profissional da associação, devido à entrada maciça dos imigrantes não qualificados, até aí arredados da vida associativa. A ACG passa a ser dirigida, já não por uma elite de imigrantes chegados a Portugal antes dos anos 60, mas por um conjunto mais diversificado e representativo da comunidade cabo-verdiana, onde predominam os estudantes e uma massa proletarizada de operários da construção civil, entre outros elementos, e cuja orientação é radicalmente alterada. Com efeito, a reorientação da política associativa aposta, por um lado, numa "deselitização" cultural das actividades e, por outro, no incremento da intervenção comunitária, procurando resolver os problemas de integração da maioria da comunidade. Esta intervenção comunitária passa pela realização do anteriormente previsto, e nunca realizado pela Casa de Cabo Verde, programa de alfabetização, bem como de actividades de assistência social nos bairros periféricos de residência dos imigrantes.

Ao nível cultural, a ACG procede a uma divulgação da cultura popular cabo-verdiana, nos domínios da música, arte e literatura. Correspondendo a uma adesão e participação significativa dos sócios na vida associativa, são criados grupos de teatro, de música popular e clubes de futebol, entre outras modalidades. Este florescimento da vida associativa deve-se não só à abertura da associação à massa de imigrantes que procurava Portugal desde finais dos anos 60 e que se acentuou entre 1974-75, mas também ao sentimento de exaltação nacionalista e independentista que então se vivia, sem esquecer a característica da imigração nesta fase. Com efeito, nesta altura, a associação substituiu-se às redes de parentesco que só a partir da década de 80, com a chegada dos parentes mais chegados dos imigrantes anteriormente vindos para Portugal, se reconstituem. Por outro lado, a associação constituía um local privilegiado de contacto com as realidades de Cabo Verde.

A partir de 1978, começa a sentir-se uma diminuição na adesão e participação dos associados, uma tendência que se acentuará na década de 80, devido não só às

alterações no tipo de imigração (reagrupamento familiar), mas também à proliferação de associações de bairro que se orientam para a resolução dos problemas concretos dos bairros de imigrantes e diversificam consideravelmente a oferta de locais de recreação e cultura. Entretanto, em 1980, devido ao golpe de Estado de Bernardo Vieira na Guiné, que acaba com o antigo projecto do PAIGC de união política com Cabo Verde, a Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses vê o seu estatuto ser alterado para Associação Caboverdiana, numa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de Fevereiro de 1981. Em 4 de Maio de 1981, a nova Assembleia Geral extraordinária aprova os novos estatutos e elege os novos corpos gerentes.

A nova Associação Caboverdiana tem como principais objectivos reunir os cabo-verdianos que residem em Portugal com o intuito de convivência e contacto com as realidades de Cabo Verde, para que consigam uma melhor inserção na nova comunidade portuguesa; manter e estabelecer relações de intercâmbio e solidariedade com entidades e organismos de Cabo Verde e promover um centro de convívio, reunião, informação e discussão acerca de Cabo Verde. Para além da manutenção da componente eminentemente recreativo-cultural, é nesta fase da associação que a intervenção comunitária e a intervenção política, no esclarecimento dos problemas da comunidade e na defesa da sua resolução, conhecem um grande incremento, que não é acompanhado pela adesão e participação dos associados (tendo em conta que a associação perde quase metade dos seus sócios).

A intensificação da intervenção comunitária tem o seu maior reflexo, para além de casos pontuais de assistência social, saúde ou educação, no projecto Nô Djunta Mon de alfabetização, saúde e planeamento familiar junto da comunidade imigrante, iniciado em 1982 e que se estendeu até 1989, constituindo o maior projecto de intervenção comunitária junto da comunidade imigrante até aí levado a cabo por alguma instituição imigrante ou portuguesa.

Em termos de intervenção política, a acção da associação pautou-se pelo aumento de actividades de informação e debate e mesmo de intervenção e acção política, não só junto dos associados e núcleos de cabo-verdianos existentes no país, como através de contactos com a Embaixada e Governo de Cabo Verde, com as Autarquias e Governo português e mesmo com os órgãos de decisão da Comunidade Económica Europeia, no sentido de alertar para os problemas da comunidade e exigir a sua resolução. Como corolário da acção política desenvolvida, a Associação Caboverdiana, juntamente com outras associações representativas de outras comunidades imigrantes (Guiné e Angola), assina, em 1991, um Acordo político com o Partido Socialista para as eleições legislativas, prevendo a eleição de um deputado da comunidade cabo-verdiana para a defesa dos interesses dos imigrantes cabo-verdianos junto do poder político. Entre as medidas políticas negociadas com o PS, e incluídas no programa eleitoral deste partido, saliente-se a necessidade de uma política integrada de imigração, a regularização da situação dos imigrantes ilegais em Portugal, o direito de voto nas eleições autárquicas, a adopção de medidas contra o insucesso escolar em membros da comunidade cabo-verdiana, o reconhecimento do direito à habitação sem discriminação.

minação, a igualdade de oportunidades no trabalho e o acesso à segurança social. A participação na vida política é vista, pelos actuais dirigentes associativos, como um acto importante de integração na sociedade portuguesa, permitindo uma melhor defesa dos interesses da comunidade e um melhor acesso dessa comunidade às fontes de informação e decisão, eliminando o problema da comunicação entre os imigrantes e os órgãos da administração autárquica ou central de que depende a resolução dos seus problemas.

4. Análise comparativa dos três momentos da associação

Feita a apresentação das três fases da associação, chegou o momento de estabelecer algumas ligações e comparações entre elas, procedendo a uma análise sociográfica comparativa, a partir dos elementos apurados numa análise intensiva dos ficheiros de sócios dos três momentos associativos: Casa de Cabo Verde (1970-1975), Associação de Caboverdianos e Guineenses (1976-1981) e Associação Caboverdiana (desde 1981). O primeiro momento da associação — a Casa de Cabo Verde — representa o auge em termos de número máximo de sócios. Mesmo a Associação de Caboverdianos e Guineenses, apesar da ligação entre as duas etnias expressa nos próprios estatutos, nome da associação e objectivos e interesses comumente defendidos, fica muito aquém do número de sócios da inicial Casa de Cabo Verde. Assim, deparamo-nos com um total de 1393 sócios no período de 1970-75, correspondente à Casa de Cabo Verde. Em relação à Associação de Caboverdianos e Guineenses o total decresceu para 1112, entre 1976 e 1981. E actualmente, de 1981 a 1991, a Associação Caboverdiana tem somente 657 sócios.

Este decréscimo de sócios entre a Casa de Cabo Verde e a Associação de Caboverdianos e Guineenses corresponde também a uma substituição de sócios, devido às mutações ocorridas após a independência de Cabo Verde e aos seus reflexos na alteração da orientação política da associação. Esta substituição de sócios provoca uma alteração do estatuto sócio-profissional dos associados, com a absorção da elite "dominante" (quadros superiores, técnicos e funcionários públicos e coloniais), sendo substituída por uma maioria de operários e trabalhadores da produção, para além dos estudantes. O nível de participação tende a diminuir após o período revolucionário de exaltação nacionalista. A partir de 1978, os ânimos serenaram e cada associado passou a preocupar-se com o seu destino particular em vez do futuro da comunidade cabo-verdiana em geral. Por fim, com o passar dos anos, o projecto associativo esgota-se, ou seja, as acções passam a ser dirigidas para o seu exterior, ao nível de uma intervenção de carácter comunitário, e as actividades internas diminuem de intensidade. Os sócios dedicam-se às famílias e concentram-se nos bairros da periferia de Lisboa. A Associação deixa de ter um carácter de acolhimento dos imigrantes e estes retraem-se ao lar aquando da imigração das suas mulheres e filhos. E deixa de ter os atractivos de convívio e recreação porque a comunidade cabo-verdiana cria raízes, e a vida nocturna e de lazer e tempo livres diversifica-se bastante.

Apesar do decréscimo em termos do total de sócios nos 3 momentos apresentados, observámos que o total de sócios cabo-verdianos (quer sejam do sexo masculino como do feminino) é sempre superior ao de sócios portugueses, e este (masculino e feminino) é também superior ao de sócios da categoria "outros" (sócios de outras nacionalidades) e, na Associação de Caboverdianos e Guineenses, ao de sócios oriundos da Guiné.

Outra conclusão a tirar ainda é que a Associação é maioritariamente masculina (e cabo-verdiana) nas 3 fases, uma vez que o total de sócios do sexo masculino excede sempre os do sexo feminino em mais de 70% do total, apesar de decrescer mais ou menos ao mesmo ritmo que o número total de sócios. Uma possível hipótese explicativa advém do carácter da imigração, ou seja, são os homens os primeiros a imigrar e só posteriormente são chamadas as mulheres, filhos e irmãos mais novos.

Quanto às camadas etárias, a situação é relativamente diferente nos 3 períodos. Senão vejamos: a Casa de Cabo Verde tem uma maioria de sócios entre os 31 e os 50 anos de idade (40.42%), seguida da classe etária inferior a 30 anos (com 28.72%) e da classe dos 50 aos 70 anos (19.24%). Pode-se explicar a importância dos sócios com idade inferior a 30 anos pelo facto de o peso dos sócios de sexo feminino ser superior ao dos do sexo masculino (44.24% de mulheres e 24.16% de homens), enquanto que nas restantes classes etárias o peso dos sócios de sexo masculino é sempre superior ao do sexo feminino.

Na Associação de Caboverdianos e Guineenses o caso é diferente, pois a população da Associação é mais jovem. Aqui dominam os sócios de idade inferior a 30 anos (53.87%), e também o sexo feminino excede os valores do masculino (59.61% para 52.70%). Este facto explica-se pela tomada de posse desta Associação por parte de um grupo de jovens que reorientou toda a estrutura associativa e a adesão de novos sócios. De seguida temos a classe etária dos 31 aos 50 anos de idade com 34.08% e os restantes não têm uma importância tão representativa.

Também na actual Associação Caboverdiana, o peso de cada classe etária difere dos períodos anteriores. A classe etária que predomina é novamente a dos 31 aos 50 anos (com 59.68% do total), agora seguida da classe entre os 51 e os 70 anos (com 17.14%) e, por fim, da classe etária de sócios inferiores a 30 anos (14.92% e com o sexo feminino a exceder o masculino em 7%).

Em relação aos grupos profissionais dos sócios dos 3 momentos da Associação, podemos analisar os resultados consoante a naturalidade dos sócios e o total absoluto de sócios.

Na Casa de Cabo Verde, os caboverdianos aparecem com uma maioria de estudantes e trabalhadores-estudantes (231 sócios), funcionários públicos (171 sócios), indivíduos não incluídos noutra parte (que inclui militares, reformados e domésticas) com 124 sócios e operários com 115. Na Associação de Caboverdianos e Guineenses, o grosso do total de sócios distribui-se pelos operários (328 sócios) e pelos estudantes e trabalhadores-estudantes (204 indivíduos). Na Associação Caboverdiana, também estes grupos profissionais são os predominantes entre os

sócios caboverdianos, com 128 sócios estudantes e trabalhadores-estudantes, e com 126 associados operários.

Em relação aos associados portugueses, a distribuição por grupos profissionais, no período de 1970-76, faz-se entre os trabalhadores do comércio (29 indivíduos) e entre o pessoal administrativo e funcionários públicos (ambos com 23 sócios). Na época seguinte, 1976-81, os sócios têm uma distribuição profissional diferente, isto é, 32 sócios pertencem ao grupo do pessoal administrativo, 18 pertencem às profissões científicas, artísticas, liberais e diplomatas e 16 pertencem ao grupo das profissões técnicas. Na Associação Caboverdiana, o comportamento profissional dos sócios é semelhante, nomeadamente, 29 sócios do pessoal administrativo, 19 do grupo de profissões artísticas, científicas, liberais e diplomatas e 14 das profissões técnicas.

Os sócios englobados na categoria "outros", na Casa de Cabo Verde, são maioritariamente estudantes e trabalhadores-estudantes (44 associados) e funcionários públicos (30 indivíduos); enquanto que na Associação de Caboverdianos e Guineenses e na Associação Caboverdiana são eminentemente estudantes e trabalhadores-estudantes (16 e 9 sócios, respectivamente) e profissionais científicos, artísticos, liberais e diplomatas (3 e 8 sócios). Há ainda a referir que, na Associação de Caboverdianos e Guineenses, os associados oriundos da Guiné são estudantes e trabalhadores-estudantes (43 sócios) e funcionários públicos (com 10 associados).

Em termos totais e percentuais, verifica-se que, entre 1970 e 1976, os sócios da Associação se distribuíam maioritariamente pelos estudantes e trabalhadores-estudantes (22.23% do total), pelos funcionários públicos (17.23%) e pelos trabalhadores não classificados nos outros grupos profissionais (12.08%). No período seguinte (de 1976 a 1981), e actualmente (entre 1981 e 1991), os sócios têm um comportamento profissional diferente. Existe uma maioria de operários ou trabalhadores da produção (com 30.87% e 21.94%, respectivamente) e estudantes e trabalhadores-estudantes (com 24.86% e 22.89%).

Dando particular atenção aos sócios do sexo feminino e às suas actividades profissionais, verifica-se uma tendência geral nos 3 momentos associativos. Embora os homens se distribuam de forma mais ou menos uniforme por todos os grupos profissionais e sejam em número muito mais elevado, as mulheres concentram-se em determinados grupos e subgrupos, aumentando assim o seu número percentual em relação aos seus parceiros de sexo masculino. Observa-se, portanto, que, independentemente da naturalidade, as mulheres têm um maior peso nos subgrupos das domésticas, enfermeiras e assistentes sociais, bem como no grupo dos serviços pessoais e domésticos (tendo em atenção uma ligeira diferença em relação às mulheres portuguesas que aparecem em número superior ao dos homens no grupo de estudantes e trabalhadores-estudantes).

Pode concluir-se que a Associação foi e é uma associação eminentemente de caboverdianos e indivíduos do sexo masculino, em que a idade média dos sócios se encontra na classe etária dos 31 aos 50 anos de idade. Em termos profissionais, existe uma diferença entre a Casa de Cabo Verde e as duas seguintes Associações.

Os grupos mais representados eram o dos estudantes e trabalhadores-estudantes e o dos funcionários públicos, enquanto que posteriormente estão representados maioritariamente os estudantes e os trabalhadores-estudantes (tendência que se manteve sempre constante) e os operários e trabalhadores da produção (com as devidas diferenças consoante a naturalidade, principalmente entre os associados portugueses).

5. Conclusões

Partimos do princípio de que a comunidade imigrante cabo-verdiana em Portugal constitui uma minoria étnica, cujo associativismo corresponderia a uma forma de construir, preservar e reproduzir uma identidade cultural e social cabo-verdiana, defendendo os interesses colectivos da comunidade e contribuindo para a sua integração — e não assimilação — na sociedade portuguesa. Deste modo, a comunidade cabo-verdiana em Portugal assumiria a sua etnicidade como um recurso a ser manipulado para se atingirem determinados fins, recorrendo a uma identificação construída com base em aspectos como a territorialidade (Cabo Verde), a história, a linguagem (o crioulo) e práticas económicas e simbólicas comuns (a música, a gastronomia, etc.).

O associativismo constituiria, pois, um mediador entre essa “unidade macro-social da sociedade” — a etnicidade — e as estruturas económica, legal, política, social e cultural da sociedade portuguesa. Para além da vertente de construção de uma identidade, o associativismo cabo-verdiano assumia o seu papel de mediador entre a comunidade cabo-verdiana e a sociedade portuguesa, através das acções de intervenção comunitária e de intervenção política.

Vários problemas se levantam a esta conceptualização, a partir dos dados apresentados neste texto. Primeiro, porque a comunidade cabo-verdiana não se constitui homogeneamente como minoria étnica discriminada, explorada e oprimida, exposta a situações de conflito. Segundo, porque o associativismo como o conceptualizámos é produto de uma evolução histórica e de uma constante adaptação às diferentes fases de imigração de cabo-verdianos. Terceiro, porque após a sua fase de institucionalização, a associação perde representatividade na comunidade e peso associativo, em termos de adesão e participação dos sócios, correspondendo esta fase ao incremento da actividade de intervenção comunitária e política.

Quando falamos em comunidade imigrante cabo-verdiana estamos, de facto, perante um grupo socialmente, economicamente e politicamente estratificado, dividido entre uma elite e pequena e média burguesia, constituindo um grupo estabilizado e integrado, com uma estadia em Portugal mais longa, e entre uma massa de imigrantes não-qualificados, com dificuldades de integração, que sofrem um processo de marginalização social, discriminação cultural e exploração económica. A distância entre estes dois grupos deve ser contextualizada historicamente: de um lado, temos uma geração de imigrantes oriundos de Cabo Verde antes e durante a década de 60, do outro temos uma massa de imigrantes não qualificados que se dirigem para Portugal nos finais da década de 60, meados da década de 70,

e após a independência de Cabo Verde em 1975. A esta interpretação devemos acrescentar que ao primeiro grupo de imigrantes (antes e durante a década de 60) se juntam elementos da segunda e terceira fases migratórias, oriundos principalmente das outras colónias portuguesas.

Outro aspecto que não deve ser esquecido refere-se ao papel dos estudantes na comunidade cabo-verdiana em Portugal e, particularmente, no associativismo. Não sendo considerados imigrantes, os estudantes, que complementam em Portugal as suas necessidades de ensino de nível superior, técnico ou profissional, constituem parte da comunidade que não pode ser negligenciada. Por um lado, são fonte de informação sobre Cabo Verde; por outro, são elos de mediação entre os imigrantes com dificuldades de integração e a sociedade portuguesa. A outro nível, são os estudantes um dos motores do associativismo, estando presentes em todas as mutações históricas que estudámos, sendo responsáveis por grande parte das reorientações políticas da associação nas duas décadas da sua existência.

A crise associativa, a partir de 1978, é atribuída não só à alteração do tipo de imigração que se dá em Portugal a partir dessa data e posterior reagrupamento familiar dos imigrantes, à proliferação de associações de bairro e outros espaços de recreação e cultura, ao enfraquecimento do entusiasmo nacionalista e independentista, mas também à mobilidade estudantil. Muitos dos estudantes que estavam em Portugal em meados e finais da década de 70 voltam a Cabo Verde para apoiar a reestruturação da sociedade e economia do seu país.

Todos estes factores pesam no debate que actualmente se realiza informalmente no seio da Associação Caboverdiana acerca da crise associativa e, particularmente, sobre o futuro do projecto associativo.

Bibliografia

- AMSELLE, Jean-Loup, M'BOKOLO Erika(orgs.), *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*. Paris: la Découverte, 1985.
- ANTUNES, M.L. Marinho, "Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português", *Análise Social*, vol. XVII (65), 1981, pp. 17-27.
- ARGEMIR, Dolors Comas d', *Emigracion, etnicidad y redes de parentesco en un barrio de Tarragona*, s.c., s.e.,s.d., p. 35.
- ARGEMIR, Dolors Comas d' e outros, *Sistema familiar y redes de parentesco en contextos urbanos: conflictos y solidaridades*, Tarragona, Universidad de Barcelona.s.d., p. 23.
- BANTON, Michael e SILLS, David, *Voluntary Associations. Anthropological and Sociological aspects*, s.c.,s.e.,s.d., pp. 357-379.
- BUTTERWORTH, Douglas, "A study of the urbanization process among mixtec migrants from Tilantongo in Mexico City", in MANGIN, W. (ed.), *Peasants in Cities: readings in the anthropology of urbanization*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1970, pp. 98-113.
- CAPUCHA, Luis, "Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social", *Sociologia - problemas e práticas*, nº8, 1990, pp. 29-41.
- CARREIRA, António, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1977 (nova ed.: 1983).
- COHEN, Ronald, "Ethnicity: problem and focus in anthropology" *Annual Review of Anthropology*, 1978 .

- ESTEVES, M^ª José Bruno, "As associações no processo de transformação social na sociedade moderna. Um estudo de caso" in *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem de século. Actas do I Congresso Português de Sociologia*, vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p.19.
- GLAZER, Nathan, Daniel P. MOYNIHAN (orgs.), *Ethnicity - Theory and Experience*, Harvard, Harvard University Press, 1975.
- KEMPER, Robert, "Tzintzuntzenos in Mexico City: the anthropologist among peasant migrants" in FOSTER e KEMPER, *Anthropologists in Cities*, Boston, Little Brown, 1974, pp. 63-91.
- LEEDS, Anthony, "La sociedad urbana engloba a la rural: especializaciones, nucleamientos, campo y redes; metateoria, teoría e método", in HARDOY e SHAEDEL, *Las ciudades de America Latina y sus áreas de influencia através de la historia*, Lima, SIAP, 1975, pp. 317-336.
- LOPES FILHO, João, "Da Casa de Cabo Verde em Lisboa" *O Arquipélago*, ano XI, nº553, 1973, p.3.
- LOPES FILHO, João, "O emigrante cabo-verdiano em Lisboa" *África Literatura-Arte-Cultura*, nº9, 1980, pp.444-453.
- MEINTEL, Deirdre, "Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?" *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº2 - Junho/Dezembro, 1984, pp. 93-120.
- MENEZES, Manuela, PINTO DA CUNHA, Conceição, "Caboverdianos em Portugal", *Terra Solidária*, nº6, Mar./Abr. 87, 1987, caderno D.
- MITCHELL, Clyde, "Africans in industrial towns in Northern Rhodesia" in MANGIN, W. (ed.), *Peasants in Cities: readings in the anthropology of urbanization*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1970, pp. 160-169.
- PASSERON, Jean-Claude e GRIGNON, Claude, *Le savant et le populaire. Misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature*, Paris, Gallimard/Le Seuil, 1989.
- POUJOL, Geneviève, LABOURIE, Raymond (orgs.), *Les cultures populaires. Permanence et émergence des cultures minoritaires, locales, ethniques, sociales et religieuses*, Toulouse, Institut National d'Education Populaire /Privat, 1979.
- PUJADAS, Joan J., "Identidad étnica y asociacionismo en los barrios periféricos de Tarragona": in *IV Congreso de Antropología. Simposio de Antropología Urbana, Sociabilidad y Etnicidad*, Tarragona, Universidad de Barcelona, 1988, p. 22.
- REX, John, *Race and Ethnicity*, Milton Keynes, Open University Press, 1986.
- ROQUE AMARO, Rogério, "Caracterização dos Cabo-verdianos residentes em Portugal, a partir dos dados do recenseamento de 1981", não editado, 1985.
- TRINDADE, M^ª Beatriz Rocha, "Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência", *Análise Social*, vol. XXII (91), 1986, pp.313-330.
- VIEGAS, José Manuel Leite, "Associativismo e dinâmica cultural", *Sociologia - problemas e práticas*, nº1, 1986, 103-121.